



Vá no seu tempo e vá até o final:

mulheres negras cotistas
no marco dos 60 anos da UnB

Dione Oliveira Moura
Deborah Silva Santos
(Organizadoras)

EDITORA
UnB 60



Universidade de Brasília

Reitora : Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor : Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora : Germana Henriques Pereira

Conselho editorial : Germana Henriques Pereira (Presidente)
: Ana Flávia Magalhães Pinto
: Andrey Rosenthal Schlee
: César Lignelli
: Fernando César Lima Leite
: Gabriela Neves Delgado
: Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
: Liliane de Almeida Maia
: Mônica Celeida Rabelo Nogueira
: Roberto Brandão Cavalcanti
: Sely Maria de Souza Costa

Vá no seu tempo e vá até o final:

mulheres negras cotistas
no marco dos 60 anos da UnB

Dione Oliveira Moura
Deborah Silva Santos
(Organizadoras)

EDITORA
UnB 60 

Equipe editorial

Coordenação de produção editorial : Marília Carolina de Moraes Florindo

Revisão : Denise Pimenta de Oliveira
: Emily Dias de Matos

Projeto gráfico : Cláudia Dias

Foto de capa : Inês Ulhôa / Editora UnB

Ilustrações : Petchó Silveira

Fotos de ilustrações : Carlos Borges

© 2022 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A - 2ª etapa, 1º andar
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70910-900
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta
publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por
qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília
Camila Moreira Mendes Barcelos – CRB 1/2193

V111 Vá no seu tempo e vá até o final : mulheres negras
cotistas no marco dos 60 anos da UnB / Dione
Oliveira Moura, Deborah Silva Santos
(organizadoras). – Brasília : Editora
Universidade de Brasília, 2022.
168 p. ; 27 cm.

ISBN 978-65-5846-127-2 (impresso).
ISBN 978-65-5846-121-0 (e-book).

1. Mulheres negras. 2. Universidades e
faculdades - Ingresso. 3. Programas de ação
afirmativa na educação. 4. Universidade de
Brasília - História. I. Moura, Dione Oliveira
(org.). II. Santos, Deborah Silva (org.).

CDU 378.014 (09)



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Sumário

Apresentação

“Quando as mulheres negras se movem...” 9

Dione Oliveira Moura
Deborah Silva Santos

Parte 1

Nossos passos vêm de longe

Jornalista, professora, pesquisadora negra americana e relatora do projeto da política de ações afirmativas da UnB: a vivência de uma epistemologia afrocentrada 17

Dione Oliveira Moura

Ações afirmativas para estudantes cotistas na UnB 23

Deborah Silva Santos

Vinte anos do EnegreSer:

aprender e fazer História com o movimento negro 29

Aida Feitosa

Parte 2

Nós, mulheres negras americanas, na construção da história da UnB

O papel histórico da primeira turma de cotas raciais na UnB 37

Aline Pereira da Costa

Alegria da experiência como cotista negra 43

Andressa Marques da Silva

E agora sou eu que vivo esta história! 47

Anna Caroline Costa Silva

Uma revoada em curso 49

Camila Cecilina do Nascimento Martins

Cotas para negros despertam a consciência para os problemas sociais relacionados a raça e cor 53

Dalila Noletto Torres

“Isso é por eu ser uma mulher preta?” 59

Deborah Carolina Silva Duarte

É desta terra fértil que nasce e floresce muito do que sou e do que faço 63

Elen Cristina Ramos dos Santos

Na UnB, aprendemos a nos posicionar politicamente para as lutas sociais 69

Flora Egécia

Nossas vidas importam 73

Hallana Moreira Ramalho Costa

O sistema de cotas para negros é, sim, um direito 79

Iara de Jesus dos Santos

A primeira da família a ingressar no ensino superior 85

Juciele Fonseca

Explorar tudo o que a UnB pode oferecer 87

Julian Esttefane da Silva Reis

O papel das professoras negras e antirracistas para a inclusão das cotistas negras 91

Kátia Silene Souza de Brito

Transcender como negra a cada dia 97

Keila Meireles dos Santos

A importância do sistema de cotas para negros na minha trajetória 101

Letícia Bispo

Ocupar um espaço que pertence ao povo negro 107

Maria Antônia Perdigão

Sou uma mulher negra, fui criada por mulheres negras e me inspiro nessas mulheres 115

Mariana Paiva Soares

O empoderamento a partir do ingresso na Universidade como cotista racial 119

Michele Duarte da Silva

Nós, negros e negras, somos capazes e merecemos estar na UnB 127

Vitória Carolina Silva Duarte

O empoderamento para contribuir com a comunidade quilombola e a região 131

Maria Lúcia Martins Gudinho

Parte 3

Celebrar as vitórias e avançar

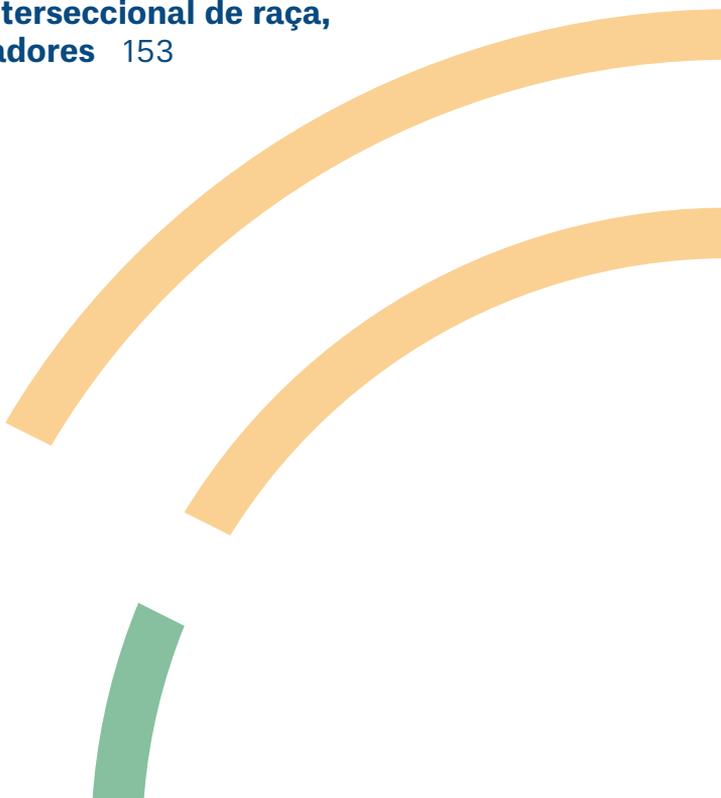
À guisa de conclusão: 60 anos da UnB, 19 anos da política de ações afirmativas na UnB 143

Dione Oliveira Moura
Deborah Silva Santos

Posfácio – Uma abordagem interseccional de raça, gênero, classe e outros marcadores 153

Renísia Cristina Garcia Filice

Sobre as autoras 161







Parte 2

Nós, mulheres negras americanas, na construção da história da UnB



Posfácio

Uma abordagem interseccional de raça, gênero, classe e outros marcadores

Renísia Cristina Garcia Filice

Introdução

Em comemoração aos seus 60 anos, a Universidade de Brasília acolhe a ousada proposta de duas pesquisadoras negras, as professoras autoras organizadoras Dione Oliveira Moura e Deborah Silva Santos, de pautar os 20 anos da aprovação da política de cotas na UnB. A Universidade de Brasília, primeira universidade federal a adotar o sistema de reserva de vagas, vem a público apresentar as narrativas de jovens mulheres negras que ajudaram a construir a política e foram por ela “construídas”. Envolvida por um misto de alegria, dever cumprido e certeza de que o trabalho que vem sendo realizado tem gerado muitos frutos, intrinsecamente associados à democratização do país, registramos aqui uma breve reflexão sobre esse processo, do qual também somos parte.

Assinar o posfácio deste livro, organizado por essas duas intelectuais negras, é motivo de orgulho e emoção. Como as autoras organizadoras demonstram no decorrer da obra, os desafios foram e são muitos, e não é tarefa fácil vencer a barreira de uma certa forma de registro acadêmico e evidenciar as vozes, vidas e experiências de 21 autoras jovens mulheres negras – nomeadas pelas organizadoras como amefricanas, em homenagem a Lélia Gonzalez. Vemos, pois, 21 autoras cotistas, talentosas e competentes, que, como diz o ditado, “de um limão fizeram (muitas) limonada(s)”.

Ainda é um desafio dar visibilidade aos trabalhos profissionais, às memórias, às invenções e práticas culturais e religiosas, aos patrimônios e à produção de conhecimento das mulheres negras, pois isso significa romper os olhares elitistas e eurocêntricos que têm uma língua que privilegia o masculino e as lógicas androcêntricas na descrição das ocupações, lógicas essas instituídas nos relatos e na homogeneização das vivências femininas. Em suma, significa superar a designação das experiências masculinas como representativas da humanidade, sem distinção das diferenças de gênero; superar a questão racial como marcadora da diferença entre os homens; e pautar o reconhecimento da diversidade das vivências de mulheres negras amefricanas para além da representação da mulher branca como única. (Moura; Santos, 2022).

Com esse compromisso, as autoras organizadoras trouxeram 21 relatos de experiências e também de pesquisas de estudantes de diferentes cursos, dentre as quais jovens mulheres negras que tiveram a experiência de cotistas integrantes do projeto Afroatitude, desenvolvido no Centro de Convivência Negra (CCN), da Coordenação da Questão Negra, vinculada à Diretoria de Diversidade, do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC); ou que ingressaram via sistema de cotas raciais na graduação ou em programas de pós-graduação da UnB.

O CCN não é o único espaço que realiza atividades com jovens negras cotistas na Universidade; temos ainda o Núcleo de Estudos Afrobrasileiros (Neab), o Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher (NEPeM) e o Núcleo de Estudos Diversidade e Gênero (Nedig), vinculados ao Ceam (Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares), assim como outros núcleos; grupos de pesquisas, como o antigo Geraju (Gênero, Raça e Juventude), hoje Geração e Juventude, e o atual Geppherg (Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas, História, Educação das Relações Raciais e Gênero), ambos sediados na Faculdade de Educação; o grupo Feminismo, Políticas e Direitos; o Centro de Estudos em Desigualdade e Discriminação, da Faculdade de Direito; e vários outros grupos, que, em alguma medida, abordam a temática das relações raciais e de gênero numa perspectiva interseccional de gênero, raça e classe – e outros marcadores, em alguns casos.

Nesses 20 anos, a Universidade de Brasília tem assumido em muitos pontos a vanguarda na implementação de políticas afirmativas. Foi a primeira universidade federal a adotar cotas para negros/as e, desde que teve seu primeiro vestibular em 2004, fez alguns movimentos memoráveis, sendo uma das primeiras instituições a adotar bancas de heteroidentificação, em substituição à averiguação por fotos, como forma de correção da política de cotas, em 2008. Nessa ocasião, enfrentou com altivez as frequentes acusações de se ter constituído um “tribunal racial”, como bem explicou a autora Deborah Santos.

Em 2020, a UnB respondeu de forma exemplar às denúncias de fraudes impetradas em 2017 pelo Coletivo Aja (Sociologia/ICS) e, após o direito de ampla defesa dos/as acusados/as, foram cassados dois diplomas, expulsos/as 15 alunos/as e cancelados todos os créditos desses/as estudantes. Certamente, seria louvável se tal feito não fosse necessário, ainda mais numa instituição educacional. Todavia, as políticas públicas são um campo de disputa e envolvem percursos que precisam ser monitorados e corrigidos sempre que preciso. Um erro – a falta das bancas de heteroidentificação – não pode tornar aceitável fazer

“vista grossa” para as fraudes. Tais ações foram nacionalmente comentadas e, internamente, outras reflexões surgiram. O caráter punitivo leva toda instituição séria a se reavaliar. As ações, além de corrigirem as distorções da política – que deve atender aos sujeitos de direito, negros, negras e indígenas, com a maior eficiência possível –, tornaram mais visível um grande gargalo: a gravidade da ausência de bancas de heteroidentificação, extintas em 2012, tendo o último vestibular com aferição fenotípica ocorrido em 2013.

É preciso registrar que toda a movimentação por parte de estudantes cotistas, coletivos de estudantes, docentes e grupos de pesquisa, em um debate nacional e internacional acerca do racismo e seus efeitos nefastos, gerou mudanças significativas na Universidade. Essas discussões foram potencializadas pela pandemia de covid-19, que destacou os impactos do racismo especialmente sobre os/as estudantes beneficiários/as das políticas de assistência estudantil, em grande maioria, cotistas. Informações nesse sentido estão presentes nos relatos de algumas das jovens autoras do livro.

Assim, este posfácio, ao atender ao convite das autoras organizadoras da obra, traz elementos que conectam textos e contextos e apresenta, a seguir, duas seções: “Cotas, textos e contextos: a experiência de jovens negras da/na UnB” e “Trajetórias institucionais, locais e nacionais: as cotas para além da UnB”.

Cotas, textos e contextos: a experiência de jovens negras da/na UnB

A evidente necessidade de monitorar a política de ações afirmativas, as pressões internas e a atuação do Ministério Público por meio dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) foram alguns dos fatores que levaram ao retorno das bancas de heteroidentificação para o acesso à graduação em muitas universidades brasileiras, os quais também pressionaram a UnB. Após anos de resistência por parte de alguns docentes/representantes de faculdades e institutos e em decanatos decisivos como o DEG (Decanato de Ensino de Graduação), por exemplo, superou-se esse entrave e as bancas para o acesso à graduação serão retomadas na UnB. A decisão se deu em 2022 por uma votação expressiva, 32 votos favoráveis e duas abstenções. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) também revogou a Resolução CPP nº 9/2020 e aprovou, ainda, a criação do Comitê Permanente de Acompanhamento das Políticas de Ação Afirmativa (Copeaa-UnB), vinculado ao Cepe, que passará a ser responsável pelo funcionamento das Comissões de Validação e das Comissões Recursais da Auto-declaração Étnico-Racial dos/as candidatos/as negros/as – pretos/as e pardos/as –, indígenas e quilombolas para ingresso na graduação e na pós-graduação da Universidade de Brasília.

Outra grande conquista muito mencionada por algumas das jovens autoras desta obra foi a adoção de cotas em toda a pós-graduação da UnB (por meio da Resolução Cepe nº 44/2020), acompanhada da criação da Capaa (Comissão de Acompanhamento da Política de Ações Afirmativas), vinculada ao DPG (Resolução CPP nº 10/2020). Para além do acesso, foram garantidas bolsas-permanência (Resolução CPP nº 9/2020) para indígenas, quilombolas e negros/as, prioritariamente. Outro aspecto positivo foi a realização do primeiro

curso de formação para bancas de heteroidentificação, promovido pelo Neab-Ceam/UnB, que qualificou cerca de 40 pessoas, entre docentes, técnicos e estudantes da Universidade, os quais passaram a compor um qualificado quadro-reserva para a constituição das bancas.

Esse conjunto de ações do Neab/Cem-UnB com o apoio do Geppherg/FE-UnB, que agregam pesquisadores/as sobre o tema e contam com a colaboração de docentes de diferentes instâncias da UnB, comprometidos com a luta antirracista, revela que vem ocorrendo um movimento na área, não na velocidade que julgamos necessária, mas da maneira possível. Há de se considerar que muito foi feito, mas muito há por fazer.

As memórias aqui registradas pelas autoras jovens negras ingressantes via política de cotas vêm ao encontro desses desafios e de outros tantos. Os relatos dessas jovens autoras negras nos mostram que apenas os números de acesso, permanência, IRA (Índice Rendimento Acadêmico) e evasão e os dados sobre os egressos não são capazes de captar o impacto cultural, social, educacional, econômico e social das políticas afirmativas no público a que se destina.

As autoras organizadoras foram muito felizes em associar as escolhas das jovens mulheres negras que trazem seus relatos neste livro a uma abordagem interseccional. Como uma ferramenta engajada que se compromete a evidenciar a sobreposição do racismo, do sexismo, do classismo, da geração e de outros marcadores, a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias (Akotirene, 2019, p. 19). “A interseccionalidade é sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas” (Akotirene, 2019, p. 48). Nessa perspectiva, raça se apresenta no mesmo nível de análise para pensar a clássica “dobradinha” classe-gênero, ou seja, está em um patamar de igualdade analítica (Akotirene, 2019, p. 36).

Existe uma insistente recorrência em relação a todas as jovens envolvidas: todas são jovens, mulheres negras e ingressaram por cotas, na graduação ou pós-graduação. Além disso, algumas delas participaram do Afroatitudo/CCN.

Como constata e relatam as organizadoras no capítulo de conclusão, é notório que, para todas as autoras da presente obra, as políticas afirmativas apontaram outras possibilidades, contrariando, para muitas, expectativas de uma “incapacidade inata”. Aos poucos, as jovens autoras negras demonstram, em seus relatos, como contornaram barreiras: pela superação por meio das notas; por mecanismos de defesa, silêncios, sua incorporação em grupos formados por pares também cotistas e negros/as; pelo apoio de algum/a professor/a em particular ou mesmo da família. Assim, o cenário registrado nesta obra conecta-se a outros registros de pesquisas sobre o tema.

Trajetórias institucionais, locais e nacionais: as cotas para além da UnB

Em geral, as pesquisas têm revelado que, para as mulheres negras que participam das políticas de cotas, a resiliência tem sido uma das alternativas centrais para a permanência com êxito nas universidades, e na UnB não é diferente. As jovens autoras negras dessa obra, no marco dos 60 anos da UnB, são exemplos de sucesso e também de resistência.

Finalizada a graduação, seguem dando continuidade aos estudos e fazendo a diferença em seu seio familiar e em suas comunidades. Todos são relatos de superação e vitória.

Dentre todos os registros da parte II do presente livro – sem a pretensão de comentar todos, por suas riquezas e potencialidades –, tomo como exemplo um deles, no intuito de valorizar e parabenizar todas as demais jovens. Não há dúvida de que o livro mostra o quanto é importante registrar a história dos/as cotistas egressas/os, mas destaco aqui a estudante quilombola Maria Lúcia Martins Gudinho. Seu capítulo, intitulado “O empoderamento para contribuir com a comunidade quilombola e a região”, sistematiza muito de todas as experiências relatadas pelas outras autoras e contribui para a compreensão do quanto infinito e imensurável é o poder de alcance das políticas de ações afirmativas: para além da pessoa, a comunidade; para além da comunidade, o Brasil.

Nascida na região do Capão Seco, conhecido como Povoado São José, hoje residente em Cavalcante-GO, a autora Maria Lúcia mostra que, se impedem os membros da comunidade de viver, eles/as plantam, colhem e matam a própria forme; se lhes impedem de estudar, eles/as se unem, pressionam as autoridades e conseguem uma escola; se essa escola se torna insuficiente, deslocam-se para o meio urbano; se a falta de moradia os/as direciona para o serviço doméstico, se adequam; e as “Marias Lúcias” seguem, assim, “matando um leão a cada dia”.

A determinação tem sido uma marca de todas as jovens negras cotistas. Maria Lúcia registra bem esse impulso para a frente: “minha prioridade sempre foi estudar, mesmo com todas as dificuldades encontradas: o cansaço após trabalhar, a distância da família, a dificuldade de entender os conteúdos, dentre outros empecilhos.”

O ingresso no curso de Educação do Campo (LedoC) no Campus UnB Planaltina trouxe um problema recorrente para a grande maioria dos cotistas do Brasil: a distância entre a moradia e as instituições escolares, quaisquer que sejam elas em termos de nível de escolaridade, da educação infantil ao ensino superior. No caso de Maria Lúcia, as seis horas de deslocamento transformavam o ônibus em ambiente de leitura. A conclusão do curso se deu imersa na realização de projetos, cursos de extensão, uma viagem ao Suriname, enfim, com êxito, a despeito de todas as dificuldades. No retorno à comunidade, as ações da autora foram desde o apoio à sobrevivência coletiva até uma qualificação técnica que permitiu a ela atuar na assessoria política local, influenciando tomadores de decisão para que os/as jovens da comunidade tenham, também, outras oportunidades.

Em geral, pode-se dizer que a história da autora Maria Lúcia e das outras jovens autoras, assim como a das professoras Dione e Deborah e da doutoranda Aida, a minha e de outras tantas mulheres negras e jovens negras do Brasil, se cruzam, no passado-presente, sendo o amálgama da luta negra. São formas imbricadas de resistir.

Ler os textos experienciais e também as pesquisas realizadas por essas jovens negras autoras do presente livro é perceber o quanto a UnB avançou, apesar de tantos percalços; e o quanto seu poder de abrangência com as políticas de ações afirmativas foi superado, em muito.

Desde fins dos anos de 1990, o debate sobre a necessidade de criar formas mais democráticas de acesso ao ensino superior já ganhava formato de intervenção efetiva por parte de

peçoas envolvidas com a pauta racial, tanto internamente, nas instituições, quanto devido à pressão externa, em particular exercida por parte do movimento negro brasileiro, que teve atuação decisiva para a abertura das instituições de ensino superior no acolhimento a públicos mais diversos. Esses públicos foram impedidos de acessar a universidade por falta de oportunidades e do racismo estrutural, limitados, por não estarem em condições de igualdade e equidade com o segmento majoritário nesses espaços acadêmicos – em sua maioria, estudantes brancos/as e de classe média (Garcia, 2007; Filice, 2011).

Recentemente, numa entrevista concedida à Universidade de Juiz de Fora (UFJF), apontávamos como a Lei nº 12.711/2012, a Lei de Cotas, foi uma grande conquista nacional. Porém, no caso da UnB, onde a política de reserva de vagas, anterior à lei, gerou uma ação de inconstitucionalidade, houve também um retrocesso em termos de igualdade racial desde as primeiras ações implementadas.

A UnB inicia seu processo com as cotas raciais e o ingresso de indígenas em 2003 e contava com o trabalho eficiente das bancas de heteroidentificação. Após 10 anos dessa política, houve, na avaliação, a redução das cotas raciais, que eram direcionadas apenas para negros/as, as quais ficaram restritas a 5% do total de vagas. E, com a adoção das cotas sociais, desencadeada pela Lei nº 12.711/2012, houve outra mudança. As cotas para negros/as – PPIs (pretos, pardos e indígenas) – ficaram circunscritas, como subcotas, dentro dos 50% de ingressantes advindos de escolas públicas, e em conformidade com a porcentagem negra da população local. Hoje, ano de 2022, a UnB é uma das poucas universidades que mantêm, mesmo que simbolicamente, 5% de cotas apenas para negros/as.

Nesse cenário, os relatos das jovens negras registrados neste livro não destoam da situação da maioria dos/as estudantes que responderam ao questionário da Andifes de 2017-2018 e do quadro traçado no DF.

Segundo dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios 2018 (PDAD 2018), a proporção de jovens negros no DF (61,8%) é superior à proporção da população negra como um todo (57,6%) e maior que a proporção de jovens negros/as no Brasil (53,6%). O maior percentual de jovens negros/as, 70,9%, encontra-se nas cidades do DF, majoritariamente, de baixa renda. Isso não é nada pouco. Parte desses/as estudantes conseguiram ingressar por cotas na UnB e trazem consigo todas as mazelas de serem parte desse perfil da PDAD 2018: gastam no mínimo 45 minutos para chegarem à UnB; são arrimo de família; têm filhos; trabalham e estudam e, quando não o fazem, diferentemente dos jovens que vivem em regiões mais abastadas, se dedicam mais às tarefas familiares, contribuindo, indiretamente, para a renda familiar. Esses dados da PDAD são esclarecedores porque vão ao encontro do quadro que traçamos em nossas pesquisas e dos relatos das jovens que trazem suas vivências e pesquisas neste livro.

Essas características assumem uma proporção muito maior para as estudantes negras. A análise dos dados à luz das pesquisas recentes que orientamos (Bezerra, 2020; Carnaúba, 2019; Mendes, 2019; Silva, 2019) nos levou e nos leva a afirmar a necessidade de políticas de permanência a serem pensadas em quantidade e qualidade. Os relatos das jovens mostram o quanto o apoio financeiro foi fundamental para a conclusão e o êxito dos seus estudos.

Nesse contexto, a aprovação da Resolução CPP nº 9/2020 e a concessão prioritária de bolsas foi uma resposta importante às demandas. O percurso histórico da formatação da política – coloca banca, tira banca, coloca banca de novo – mostra também a arena de disputa que envolve(u) a implementação das políticas afirmativas na UnB, mas não só isso. A articulação insuficiente da gestão e a inexistência de uma instância que se ocupasse das políticas de forma orgânica desde a graduação até a pós-graduação, passando pela contratação de professores/as negros/as, só mudaram com a criação da Capaa (2020), 16 anos depois da aprovação das cotas e da realização do primeiro vestibular com reserva de vagas. Esse cenário mostra que os conflitos existem e precisam ser evidenciados e superados. A existência da Copeaa-UnB e a criação de uma Secretaria de Direitos Humanos, em 2022, com a coordenação-geral da professora Deborah Silva Santos, fazem com que finalizemos este texto com esperança.

Considerações finais

À guisa de conclusão, podemos afirmar que não havia, na UnB – e ainda não há –, uma instância com corpo técnico qualificado (pesquisadores/as sobre políticas de ações afirmativas, o que é diferente de pessoas que atuam nas bancas de heteroidentificação); instrumentos de implementação bem aplicados (normativas); dotação orçamentária coerente com as demandas; e todo o mais que se faz necessário para a permanência dos estudantes, mas também para o desenvolvimento dos/as formadores/as, a partir de outras epistemologias, comprometidas também com o Sul global, e de outros currículos – no sentido mais amplo possível, com perspectivas de(s)coloniais e contracoloniais.

Deve-se ter em mente, assim, uma série articulada de ações que tornem melhor a vida desses/as “heróis/heroínas do cotidiano”, que venceram a dura barreira da falta de oportunidades, para que tenham o mínimo de sossego que o estudo requer. Hoje, no ano de 2022, a Universidade de Brasília, uma das maiores do Brasil, se apresenta como uma possibilidade real de melhoria no acesso, mas também na permanência, no acolhimento de jovens cotistas e na gestão, tudo isso numa perspectiva interseccional, que nos parece bem importante. Que se leve em consideração, na implementação da política de ações afirmativas na UnB, a escuta sensível aos/às cidadãos/ãs partícipes da política, considerando suas experiências em termos de gênero, raça, classe e geração, bem como seus territórios de origem.

Esta obra vem coroar os 60 anos da Universidade de Brasília, uma Universidade à frente de seu tempo, que tem pontos a serem superados, mas que não se estagna. A cada ano a UnB avança e desponta no cenário nacional como uma das maiores referências do Brasil e da América Latina. Na esteira dessa (re)construção democrática, vimos, recentemente, o líder indígena Ailton Krenak e a intelectual negra e ativista Sueli Carneiro receberem o título de doutor honoris causa pela UnB; e o líder e intelectual indígena Gersen Baniwa passar a compor o quadro efetivo da Universidade em 2022. Assim, ano a ano, pouco a pouco, a sociedade diversa se faz presente no interior da UnB, e esta se espalha Brasil a fora,

formando pessoas tecnicamente competentes, humanamente sensíveis e socialmente comprometidas com outro mundo possível, antirracista, antissexista e tecnicamente qualificado.

Existem ainda grandes desafios a serem superados, particularmente no que diz respeito ao monitoramento da política e à permanência, mas já colhemos resultados que revelam quão potentes são as políticas afirmativas para mudar o mundo – sim, sonhamos alto.

Nesta obra, os relatos e as pesquisas das mulheres negras não deixam dúvidas do quanto podemos sonhar e realizar. Ademais, timidamente, as novas epistemologias estão em curso, os novos currículos e as novas formas de ser e estar no mundo se articulam de forma inter, multi e transdisciplinar.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BEZERRA, Kelly M. *Universidade de Brasília, para quê? E para quem?* Um estudo sobre as Ações Afirmativas para Negros(as) no Programa de Pós-Graduação de Direito da UnB. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, 2020.
- CARNAÚBA, Rayssa A. *Trajetórias de adolescentes mães: um olhar interseccional em gênero e raça para as políticas educacionais.* 2019. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília) – Universidade de Brasília, 2019. Orientação: professora Renísia C. Garcia Filice.
- GARCIA, Renísia Cristina. *Identidade fragmentada: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira: 1993-2005.* Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.
- FILICE, Renísia Cristina. *Raça e classe na gestão da educação básica: a cultura na implementação de políticas públicas.* Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- MENDES, Linidelly R. *Política de Assistência Estudantil no Ensino Técnico: um estudo sobre a permanência de alunas negras no IFB – Campus São Sebastião.* 2019. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Universidade de Brasília, 2019. Orientação: Renísia C. Garcia Filice.
- SILVA, Érika Costa. *Trajetória profissional de mulheres negras docentes na Universidade de Brasília.* Dissertação (Mestrado em Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, 2019. Orientação: Lourdes Bandeira.

Sobre as autoras

Dione Oliveira Moura (organizadora)

Professora titular da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (FAC-UnB). É graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás (1986), mestra em Comunicação pela Universidade de Brasília (1990) e doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (2001). Na Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), atuou como sócia fundadora, diretora editorial (2004-2005 e 2006-2007), coautora do projeto editorial da *Brazilian Journalism Research* (BJR) (2004) e presidenta (2011-2013). Foi diretora da Socicom e atualmente é diretora regional Centro-Oeste da Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (Abej). Na UnB, é docente do quadro desde setembro de 1995 e atuou em funções administrativas e acadêmicas, na vice-chefia e chefia do Departamento de Jornalismo, na Coordenação de Graduação, na Coordenação de Pós-Graduação e na Diretoria de Apoio à Pós-Graduação do Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação. Atualmente, é diretora da FAC (Gestão 2019-2023). Também na UnB atuou e atua em conselhos e câmaras, como o Conselho Universitário (Consuni), o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), dentre outros. No que diz respeito ao tema central deste livro, foi eleita pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (Cepe) da UnB como relatora do processo de implantação da política de cotas e ingresso de indígenas na UnB, quando da aprovação do Plano de Metas para a Integração Social Étnica e Racial da UnB pelo Cepe em 6 de junho de 2003; e, além disso, desenvolve pesquisas e orienta projetos de pesquisa relacionados a jornalistas negras e igualdade racial.

Deborah Silva Santos (organizadora)

Doutora em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia (ULHT) – Lisboa/Portugal. Mestra em História Social pela PUC/SP. Especialista em Museologia Avançada pelo Instituto de Museologia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Historiadora pela PUC/SP. Atualmente é professora na Universidade de Brasília (UnB), atuando no curso de Bacharelado em Museologia. Ex-aluna do Workshop de Dissertação Mark Claster Mamolen (2018) do Afro-Latin American Research Institute/Harvard University. Pesquisadora do grupo de pesquisa Museologia, Memória e Patrimônio do PPGCInF da FCI/UnB. Pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa

em Políticas Públicas, História, Educação das Relações Raciais e Gênero (GEPPHERG). Membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro (NEAB/CEAM/UnB). Áreas de pesquisa: museu e Museologia, estudos das relações raciais, mulheres negras, memória e patrimônio afro-brasileiro e museus afro-brasileiros.

Aida Feitosa

Atua profissionalmente como jornalista, analista ambiental, professora e pesquisadora. Como ativista do movimento negro brasileiro, participou da criação do EnegreSer (Coletivo de Estudantes Negros da UnB), fundado em 2001; integra a Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira); e integra o Coletivo Beatriz Nascimento (que reúne estudantes negros e indígenas da Pós-Graduação em Comunicação da UFRJ). Graduada e mestra em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). Doutoranda em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Aline Pereira da Costa

Graduada em 2008 pela UnB. Mestra em Relações Étnico-Raciais pelo Cefet/RJ em 2019. Também se especializou em Adolescência e Juventude pela Universidade Católica de Brasília em 2012. Foi bolsista (2005-2008) e vice-coordenadora do Programa Afroafirmative UnB entre os anos de 2009 e 2010, quando ingressou na carreira pública de assistência social do Governo do Distrito Federal. Chefiou o Núcleo de Afroempreendedorismo da Secretaria de Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (2015) do GDF e compôs o Comitê de Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal (2020). Atualmente, trabalha como educadora social na Secretaria de Desenvolvimento Social do GDF e integra o Núcleo de Pesquisa e Estudo em História, Territorialidades e Movimentos Sociais da Universidade Estadual do Piauí.

Andressa Marques da Silva

Graduada em Letras pela UnB, mestra e doutora em Literatura pela UnB. Atua na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal na elaboração de documentos norteadores e acompanhando as políticas públicas da instituição voltadas para os/as estudantes negros/negras e também em um projeto de formação de leitores a partir da experiência literária, especialmente com autoras negras.

Anna Caroline Costa Silva

Bacharela em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (FAC-UnB); moradora de Brazlândia-DF e bolsista de extensão do Projeto Comunicação Comunitária (ComCom) da FAC-UnB.

Camila Cecilina do Nascimento Martins

Mestranda em Direito na UnB. Leonina, piauiense, afro-indígena, advogada popular. Associada do Coletivo Antônia Flor – Assessoria Técnica em Direitos Humanos do Piauí. Especialista em Direitos Humanos e Cidadania pela Faculdade Adelman (FAR).

Dalila Noleto Torres

Doutoranda em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas (PPGECsA) do Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora visitante (em estágio-sanduiche) na Universidad Centroamericana en Managua, Nicarágua. Mestre em Estudos Latino-Americanos pelo Teresa Lozano Long Institute of Latin American Studies (LLILAS) da University of Texas at Austin (UT Austin). Graduada em Ciência Política pela Universidade de Brasília. É membro do Grupo de Estudos sobre México, América Central e Caribe (MeCACB/ELA) e do Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Gênero (GREIG/ELA).

Deborah Carolina Silva Duarte

Graduada em Biotecnologia na UnB. Membro da Genesys Biotecnologia (Empresa Júnior) de 2017 a 2020, onde foi assessora dos setores administrativo e financeiro de agosto de 2017 a dezembro de 2018; diretora dos setores administrativo e financeiro de janeiro de 2019 a junho de 2019; diretora de operações de julho de 2019 a dezembro de 2019; e vice-presidente de janeiro de 2020 a dezembro de 2020. Estagiou no Laboratório de Fisiologia Vegetal da UnB do segundo semestre de 2019 ao primeiro semestre de 2020 e no Laboratório de Biologia Forense da Polícia Civil do DF de junho de 2021 a agosto de 2021.

Elen Cristina Ramos dos Santos

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS). Licenciada em Ciências Sociais e Bacharela em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB).

Flora Egécia

Designer e cineasta, graduada em Desenho Industrial pela UnB e mestranda em Design no PPGDesign IdA/UnB. Em sua trajetória realiza diversos projetos sobre raça, gênero, saúde mental e política. É sócia do Estúdio Cajuína e recebeu, em 2017, o Prêmio do Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal no eixo Culturas Afro-brasileiras. Diretora do documentário *Das Raízes às Pontas* (2015), dentre outras produções.

Hallana Moreira Ramalho da Costa

Bacharela em Jornalismo pela Universidade de Brasília (2020). Jornalista profissional, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília.

Iara de Jesus dos Santos

Jornalista, graduada em Jornalismo pela Faculdade de Comunicação (FAC) da Universidade de Brasília (UnB). Ingressou na UnB em 2015; defendeu, em 2021, o TCC *Ir à luta e garantir nossos espaços: Marcha das Mulheres Negras, memórias e novas vivências*. Participou da empresa júnior Pupila Audiovisual como membro de produção, direção de arte e como diretora de capacitação entre 2016 e 2018. Atualmente é produtora no “Canal Empreender”, na TV fechada, parceria entre o grupo Bandeirantes e o Sebrae.

Juciele Fonseca

Técnica de som direto de Brasília, graduada em Audiovisual pela Universidade de Brasília. Dentre os trabalhos realizados profissionalmente como técnica de som, destacam-se os documentários em longa-metragem *Mundo Pequeno* (Gustavo Amora, 2018), *Sementes – Mulheres pretas no poder* (Júlia Mariano) e *Confluências* (Dacia Ibiapina), além dos curtas-metragens *Mens who Talk* (Cristin Noelle, 2020), *Filhas de Lavadeira* (Edileuza Penha, 2018), dentre outros.

Julian Esttefane da Silva Reis

Graduada em Pedagogia pela UnB. Estuda Sociologia da Educação com foco no acesso e permanência no ensino superior. Professora temporária da Secretaria da Educação do Distrito Federal (SEEDF).

Kátia Silene Souza de Brito

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPG-CINF) da UnB e graduada em Museologia pela Faculdade de Ciências da Informação da mesma Universidade (FCI/UnB). Foi bolsista de iniciação científica (Pibic), com pesquisas nos temas Museologia, memória e patrimônio, Museologia virtual e cibermuseologia: estudos conceituais, mapeamentos e análise de manifestações virtuais museais e patrimoniais. Atualmente integra o grupo de pesquisa MUSEOLOGIA LAB: Laboratório de Pesquisa em Cultura digital e Museologia Virtual.

Keila Meireles dos Santos

Mestra em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (PPGS/UFF), especialista em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana pela Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG), graduada em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília. Tem interesse em estudos sociológicos, Ciência da Informação com foco em produção e disseminação de culturas voltadas para jovens, atuando especificamente nos seguintes temas: juventude, gênero, raça/etnia, ação afirmativa e movimento *hip hop*. De 2017 a 2019 trabalhou como servidora analista de gestão governamental da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Servidora bibliotecária-documentalista da Universidade Federal de Uberlândia (UFO).

Letícia Bispo

Bacharela em Comunicação Social/Audiovisual pela Universidade de Brasília, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Trabalha como curadora, pesquisadora e crítica nas áreas de cinema e audiovisual. É técnica-administrativa em educação, na área de audiovisual, na Faculdade de Comunicação (FAC) da Universidade de Brasília.

Maria Antônia Perdigão

Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação (PPG/FAC) da Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora no eixo temático racial, atua há mais de uma década no mercado como jornalista, assessora de imprensa e *social media*. Tem vasta experiência em áreas como política, Poder Legislativo e projetos de iniciativas socioambientais. Ao longo de sua trajetória, trabalhou na Câmara dos Deputados e na Executiva Nacional de partidos políticos. Atualmente é gestora das atividades de Comunicação Social de organizações não governamentais e entidades filantrópicas.

Maria Lúcia Martins Gudinho

Graduada em Licenciatura em Educação do Campo, com habilitação na área de Línguas (Língua Portuguesa, Espanhol, Artes, Teatro e Literatura), na Universidade de Brasília. Membro da Coordenação Pedagógica do Projeto Residência Jovem. Monitora do Núcleo Territorial Kalunga. Fez graduação-sanduíche na Universidade Anton de Kom (Suriname). Especialista em Língua Portuguesa Aplicada ao Ensino Básico – Faculdade UnB Planaltina-DF. Atualmente é assessora de comunicação da Prefeitura de Cavalcante-GO.

Mariana Paiva Soares

Formanda em Comunicação Organizacional pela Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Trabalha como *social media* do projeto Jovem de Expressão e tem experiência com assessoria de comunicação e imprensa, produção audiovisual, assistência de produção, elaboração de projetos, roteiro e fotografia. Foi roteirista do documentário *Poeira que ainda respiramos*, que fala das memórias da ditadura militar na UnB. Como fotógrafa, participou da exposição *Lembretes do Existir*, na galeria Risofloras.

Michele Duarte da Silva

Licenciada em Ciências Naturais pela UnB, ingressou no ano de 2015 na Universidade. Hoje, atua no sistema socioeducativo da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF).

Renísia Cristina Garcia Filice

Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB). Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas, História, Educação das Relações Raciais e de Gênero, da Faculdade de Educação da UnB (Geppherg-FE/UnB). Membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab-CeamUnB) e da Comissão de Acompanhamento de Políticas de Ações Afirmativas na Pós-Graduação da Universidade de Brasília (Capaa/UnB).

Vitória Carolina Silva Duarte

Mestra e doutoranda em Engenharia Mecânica na Universidade de Brasília (UnB). Graduada em Engenharia Mecânica pela Universidade de Brasília (UnB), tem especialização em Engenharia em Segurança no Trabalho pelas Faculdades Cruzeiro do Sul.

Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.

Vá no seu tempo e vá até o final:

mulheres negras cotistas no marco dos 60 anos da UnB

Esta obra vem coroar os 60 anos da Universidade de Brasília, uma Universidade à frente de seu tempo, que tem pontos a serem superados, mas que não estagna.

A cada ano a UnB avança e desponta no cenário nacional como uma das maiores referências do Brasil e da América Latina. Ano a ano, pouco a pouco, a sociedade diversa se faz presente no interior da UnB, e esta se espalha Brasil a fora formando pessoas tecnicamente competentes, humanamente sensíveis e socialmente comprometidas com um outro mundo possível, antirracista, antissexista e tecnicamente qualificado.

Existem ainda grandes desafios a serem superados, inclusive no monitoramento da política, em particular na permanência, mas já colhemos resultados que revelam quão potentes são as políticas afirmativas para mudar o mundo – sim, sonhamos alto.

Nesta obra, os relatos e pesquisas das mulheres negras não deixam dúvidas do quanto podemos sonhar e realizar. Ademais, timidamente, as novas epistemologias estão em curso, os novos currículos, as novas formas de ser e estar no mundo se articulam de forma inter, multi e transdisciplinar.

Renísia Filice